

## ENSINO PROFISSIONALIZANTE: PARA QUE E PARA QUEM?

*Aparecida Maria de Lima Silva.*  
*Graduanda do Curso de Pedagogia da URCA*  
[aparecida\\_12@hotmail.com](mailto:aparecida_12@hotmail.com)

*Francisca Clara de Paula Oliveira*  
*Profa. do Departamento de Educação da URCA*  
[francisca.clara@urca.br](mailto:francisca.clara@urca.br)

### **1 . Introdução/Justificativa:**

Este artigo tem por objetivo socializar reflexões introdutórias sobre os dilemas e impasses da educação profissional no Brasil e no Ceará. Esta pesquisa está credenciada no PIBIC<sup>1</sup> da URCA<sup>2</sup> e tem o apoio da FUNCAP<sup>3</sup>, através da concessão de uma bolsa de Iniciação Científica. As reflexões aqui contidas tem como base dados coletados por meio de pesquisas bibliográficas e documentais.

O objeto de estudo são as ações criadas e reiteradas sucessivamente pelos governos brasileiros em âmbito estadual e federal destinadas à “educação” da juventude oriunda das classes populares. São políticas públicas que ao que revela a pesquisa tem conduzido a formação deste importante segmento social para o ensino profissionalizante de natureza notadamente vocacional e instrumental a serviço dos interesses, conceitos e valores do setor produtivo.

O Estado do Ceará tem se destacado nas últimas três décadas por adotar programas destinados à qualificação profissional da população. Em estudos realizados por Oliveira (2006), pode-se verificar esta afirmação, na medida em que a autora comprova que no período de 1990-2002, foi implantado em todas as regiões do estado unidades dos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs e dos Centros de Ensino Superior Tecnológicos - CENTECs.

Na leitura de Oliveira esta experiência do Ceará no campo do ensino profissionalizante serviu de base para as políticas públicas de educação profissional adotadas neste mesmo período pelo governo federal sob o comando do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos seus dois mandatos (1994-1998), (1998-2002), sobre a questão se refere à autora:

---

<sup>1</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

<sup>2</sup> Universidade Regional do Cariri.

<sup>3</sup> Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

“No núcleo central das mudanças promovidas pelo governo FHC, figuram quatro aspectos importantes: 1) Separação do ensino médio do ensino técnico, reformulando a Lei 5.692/71; 2). Autorização para que instituições privadas ofereçam cursos de qualificação profissional; 3. Implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR; 4. Criação do FUNDEF.” (Oliveira, 2006, p. 51).

Desta forma, a pesquisa tem procurado analisar o presente à luz das lições da história, na busca de dá visibilidade a um todo que aparentemente movimenta-se de forma fragmentada dando a idéia de algo novo que está sendo proposto e executado, algo que nos preocupa, sobretudo, porque são projetos experimentais financiados com recursos públicos.

Neste sentido, chamou-nos atenção o fato do atual governo do estado do Ceará sob o comando do governador Cid Gomes em seus dois mandatos (2006-2010), (2010-2014), adotar como uma das ações prioritárias no campo da educação, a implantação de Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEPs. Em 2012 segundo dados oficiais já foram implantadas em todo o estado do Ceará 83 escolas deste tipo.<sup>4</sup>

Ao que consta na pesquisa documental este projeto de escola de Ensino Médio em fase experimental no Ceará está amparado legalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (9.394/96), notadamente nos seus capítulos X e XI e no Decreto nº 5.154/2004 do Poder Executivo Federal, que revogou o Decreto 2.208/97, possibilitando que o ensino médio fosse novamente ofertado de forma **integrada** ao ensino profissionalizante. As EEEPs cearenses são financiadas em parte por recursos do governo federal no âmbito do Programa Brasil profissionalizado, sendo o restante financiado por recursos do governo estadual. Neste modelo de escola o aluno ao concluir o ensino médio terá também uma certificação profissional. A problemática que envolve essa pesquisa está voltada para um questionamento sobre os fins da educação pública destinada à juventude amparada por este modelo de escola.

## **2. Analisando as bases do problema:**

### **2.1 Contextualizando a educação dos trabalhadores no Brasil**

As primeiras iniciativas de ensino profissional no Brasil datam do período da colonização, no qual os principais aprendizes do ensino de ofício eram os índios e os escravos. (Fonseca, 1961, p. 68). Em seguida com o advento do ouro em Minas Gerais, criaram-se as casas de fundição e da moeda. A criação da casa da moeda mineira em 1785 foi um fato relevante na história da educação profissional no Brasil, na medida em que esta

<sup>4</sup> Disponível em >: [www.seduc.ce.gov.br/](http://www.seduc.ce.gov.br/) Educação profissional no ceará

instituição veio reforçar um movimento liderado por uma parte das elites da época de defesa de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil assentado na produção fabril e num ensino especializado voltado para a formação de trabalhadores mais qualificados. No entanto, este movimento foi interrompido pelos portugueses por entenderem que:

“O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil”, (Alvará de 05.01.1785 in Fonseca, 1961).

Somente em 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, e o ato de D. João VI de revogar o Alvará que existia proibindo a existência de fábricas, foi que se criou o primeiro Colégio das Fábricas. Mais tarde em 1889, com o fim do Império e após a abolição da escravatura, o país tinha 663 fábricas com aproximadamente 54 mil trabalhadores com uma população de 14 milhões de habitantes, num contexto de uma economia agrário-exportadora, devido à alta produção de café, principal produto produzido e exportado naquele período.

Nesta época Nilo Peçanha, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época) iniciou no Brasil as primeiras ações de estado ao Ensino Técnico por meio do Decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais em: Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras para o ensino de ofícios e a última destinada à aprendizagem agrícola. Este ano foi de consolidação do ensino técnico industrial no Brasil. Após três anos, com o falecimento de Afonso Pena, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil, e em julho de 1909 assina em 23 de setembro do mesmo ano o Decreto nº. 7.566, no qual cria dezenove “Escolas de Aprendizes e Artífices” gratuitas destinadas aos trabalhadores com ensino primário.

Do ponto de vista jurídico-institucional a Constituição Federal brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente do Ensino Técnico profissional e industrial, estabelecido no Art.129.

“O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumprir esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.” (...)

Após a promulgação da Constituição de 1937, foi publicada a Lei nº 378/37 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus profissionalizantes destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Em 1941 a “Reforma Capanema” que modelou todo o ensino do país, tinha como principais pontos: O ensino profissionalizante que passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais dependia de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis: o primeiro curso básico industrial e o segundo curso técnico industrial com duração de três anos, além da obrigatoriedade dos estágios supervisionados serem realizados na indústria.

No decorrer da história a educação profissional foi sendo instituída legalmente. Em 1942, foi sancionado o Decreto nº. 4.127/42, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas oferecendo a formação profissional em nível secundário uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. No governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1959 as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais. Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

Desta forma vieram as primeiras reformas na LDB (4024/61), notadamente, a Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971 que instituiu a “profissionalização universal e compulsória do ensino de segundo grau”. Posteriormente veio a Lei 8.948 de 8 de dezembro de 1994 que transformava as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a segunda LDB nº 9394/96 que dispõe sobre a educação profissional em modalidade separada da educação básica.

No ano seguinte foi promulgado o Decreto nº. 2208/97 que regulamentou a educação profissional separando o ensino médio da educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP na gestão do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Ressaltando que de 1909 a 2002 foram construídas 140 instituições na rede federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Disponível em > [http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2208\\_97](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2208_97) acessado em 03/02/2012

No início da gestão do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), foi promulgado o Decreto 5.154/2004 que revogou o Decreto nº. 2208/97, ao qual passou a permitir a integração do Ensino técnico de nível médio ao ensino médio regular. Assim em 2005 com a publicação da Lei 11.195 foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica com a construção de 64 Escolas Técnicas Federais.

Em 2007 ocorreu a implantação da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação técnica nos níveis médio, superior e de pós-graduação sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional<sup>6</sup>.

Vale ressaltar que as unidades que formam a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvem projetos de intercâmbio internacional nos países que integram o MERCOSUL, a Comunidade de Língua Portuguesa – CPLP, e outros países como o Canadá. Além do mais, nos últimos anos tem sido intensa a procura dos países africanos para conhecer a educação profissional e tecnológica do Brasil, a fim de estabelecerem parcerias educacionais, visto que as experiências desenvolvidas na Rede Federal constituem-se em uma Referência. A maior parte dessas parcerias visa também projetos de inclusão social da comunidade com a qual a unidade da Rede Federal esteja envolvida, caracterizando, assim, o compromisso com a extensão acadêmica.<sup>7</sup>

Neste contexto histórico de mudanças constantes, é fundamental compreender a função social da educação profissional que deve ser realizada não só para atender ao mundo do trabalho, mas igualmente, a contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores brasileiros. No entanto, estudos realizados por Oliveira (2006), revelaram que nem sempre a expansão da educação profissional significou a elevação da escolaridade básica do brasileiro. Segundo a pesquisadora enquanto nos anos 70 e 80, as Escolas Técnicas Federais que atendiam a um público reduzido das camadas médias da população ofertavam um ensino médio reconhecidamente de qualidade, as escolas públicas estaduais de ensino médio regular padeciam por falta de condições de funcionamento.

---

<sup>6</sup> Idem ; Ibidem

<sup>7</sup> Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br), acesso em 22 de fevereiro de 2012 às 09:26 hs

Neste sentido, analisa-se a criação das Escolas Profissionalizantes no Ceará questionando o modelo de desenvolvimento que orientam estas escolas e principalmente quais as relações efetivas desta expansão do ensino técnico e tecnológico cearense com o crescimento da oferta de educação básica universal, pública, gratuita e de qualidade para a população cearense.

## 2.2 A Educação profissional no estado do Ceará:

O Governo Federal investe no fortalecimento da rede estadual de educação profissional e tecnológica, através do programa Brasil profissionalizado. Segundo o portal do MEC, este programa repassa recursos para os estados para a criação das escolas de ensino médio integrado ao ensino profissionalizante. Para o Ceará já foram repassados R\$ 6 milhões no período de (2004 -2011)<sup>8</sup>. Percebe-se que a expansão dessas escolas no Ceará tem sido uma das prioridades do Governador Cid Ferreira Gomes, que já implantou 83 Escolas de Educação Profissional em todo o Estado<sup>9</sup>.

Para o governo do estado, o objetivo da implantação deste novo projeto de escola é elevar os resultados da escola pública que atende 90% das crianças e jovens do Estado, principalmente as escolas de ensino médio por serem a última etapa da educação básica:

[...] assume também o desafio de promover a articulação do currículo do ensino médio com a formação para o mundo do trabalho. Esta tarefa, ordenada pela nossa legislação educacional, integra a política estadual para a juventude e pretende qualificar o projeto pedagógico de escolas de ensino médio, preparando os jovens, com boas formações técnicas, para a inserção nos processos produtivos e seguir aprendendo com possibilidade de adaptação às demandas e às transformações desses processos."

(Trecho do artigo de autoria da Secretária de Educação do Estado Izolda Cela, publicado no jornal O Povo- Fortaleza-CE, em 24-06-2008)

A análise da legislação pertinente a matéria mostra que as Escolas profissionalizantes cearenses estão em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9.394/96), na qual se propõe que a educação profissional integre-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, das ciências e da tecnologia. Diversificar a oferta do Ensino Médio, visando sua articulação com a educação profissional e com a continuidade dos estudos, está entre os objetivos da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) para os anos de 2007 a 2010.<sup>10</sup>

As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs começaram a ser construídas no Estado do Ceará na primeira gestão do governador Cid Gomes (2002-2006). Em 2008, foram criadas as primeiras 25 escolas de educação profissional. No ano de 2009, mais 26

---

<sup>8</sup>Disponível em > <http://portal.mec.gov/brasilprofissionalizado>. Acessado em 23 de fevereiro de 2012 às 15:24

<sup>9</sup> Disponível em > <http://portal.seduc.ce.gov.br>

<sup>10</sup> Idem; Ibidem

unidades passaram a funcionar com essa nova sistemática e em 2010 oito novas escolas foram implantadas. Em 2011 já foram inauguradas 18 unidades escolares.

Atualmente, 23.588 jovens em todo o Ceará estão tendo a oportunidade de aprender uma profissão, além das disciplinas próprias do ensino médio.<sup>11</sup>

Nas EEEPs cearenses o currículo do ensino médio é ofertado de forma integrada ao ensino técnico-profissional. Estas escolas funcionam em tempo integral, das 7 às 17 horas e atualmente são ofertados 44 cursos técnicos que passaram a funcionar na seguinte ordem:

- 2008: Informática, Enfermagem, Turismo, Segurança do Trabalho.
- 2009: Comércio, Edificações, Estética, Finanças, Produção de Moda, Massoterapia, Agroindústria, Meio Ambiente e Aqüicultura.
- 2010: Contabilidade, Secretariado, Administração, Hospedagem, Vestuário.
- 2011: Petróleo e Gás, Cerâmica, Química, Agronegócio, Carpintaria, Eletromecânica, Mecânica, Mineração, Transações Imobiliárias, Agropecuária, Vestuário, Logística, Fruticultura, Paisagismo, Agrimensura, Design de Interiores, Eventos, Eletrotécnica, Tecelagem, Secretaria Escolar, Nutrição e Dietética, Floricultura (Agricultura), Regência, Redes de Computadores, Manutenção Automotiva.

Através deste modelo de escola os alunos também tem tido acesso a um importante projeto, o “E-Jovem” que tem como proposta integrar a Educação Profissional às diferentes modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Este projeto oferece formação complementar em Tecnologia da Informação e Comunicação – (TIC), empreendedorismo e cooperativismo, possibilitando aos jovens as condições de inserção no mundo do trabalho e a geração de emprego e renda nas áreas mais carentes do Ceará. O projeto é destinado aos jovens concluintes do 3º ano e egressos do ensino médio da rede pública estadual.

A concepção pedagógica norteadora do E-Jovem, baseia-se na Educação à Distância – (EaD) com metodologia semipresencial, pressupondo que a aprendizagem aconteça de forma autônoma, significativa e efetiva, diversificando as formas de acesso, produção e apresentação da informação. O conteúdo é trabalhado de maneira criativa, envolvendo jogos que propõem situações de desafio proporcionando aos estudantes oportunidades de desenvolver seu raciocínio lógico.

Na pesquisa que estamos realizando numa escola estadual de ensino médio profissionalizante localizada no município de Juazeiro do Norte-CE, observamos por meio da análise do Projeto Pedagógico desta escola, que as EEEPs cearenses constituem-se num projeto experimental e tem como fundamento filosófico as premissas de outro projeto denominado de PROCENTRO.

---

<sup>11</sup> Idem;Ibidem.

O PROCENTRO consiste num Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental criado em 2002 pelo governo do estado de Pernambuco tendo a implantação dos primeiros centros de ensino em 2004 e 2008. (Magalhães, 2008).

Nestas escolas os alunos recebem toda uma orientação baseada no que Marcos Magalhães, um dos mentores intelectuais do PROCENTRO empresário da Philips e sócio da *Odebrecht* conceitua de pedagogia empresarial. Os Centros de Ensino Experimental são escolas de ensino médio que funcionam em tempo integral. Neste modelo de escola as empresas além de contribuir com o financiamento orientam a parte pedagógica inspirada na Tecnologia Empresarial de Gestão desenvolvida pela *Odebrecht* – TEO. Desta forma, a prática pedagógica aplicada nos Centros de Ensino Experimental que compõem o PROCENTRO é orientada pelos seguintes pressupostos:

- ✓ **“Protagonismo juvenil:** O conceito de protagonismo no âmbito desta proposta compreende a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola. Portanto, o jovem como partícipe em todas as ações da escola e construtor do seu projeto de vida. Neste sentido, a equipe da Escola Estadual de Educação Profissional (núcleo gestor, professores e demais servidores) deve criar condições para que o jovem possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver); e pessoal (aprender a ser).
- ✓ **Formação continuada:** a articulação com a educação profissional e o protagonismo juvenil tornam a formação continuada, especialmente do professor, uma exigência ainda maior na Escola Estadual de Educação Profissional. Isto implica numa disposição dos educadores para um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional e de compromisso com o seu auto desenvolvimento.
- ✓ **Atitude empresarial:** isto significa, essencialmente, o foco no alcance dos objetivos e resultados pactuados. A Escola Estadual de Educação Profissional deve ser eficiente nos processos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e eficaz nos resultados.
- ✓ **Co - responsabilidade:** educadores, pais, alunos, SEDUC e outros parceiros comprometidos com a qualidade do ensino e da aprendizagem, garantindo a eficiência nos processos e a eficácia nos



resultados.” (Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional Aderson Borges de Carvalho, 2010, p.).

Neste sentido, pode-se constatar que os pressupostos que tem orientado a filosofia pedagógica dos Centros de Ensino Experimental pernambucano são os mesmos que tem orientado as EEEPs no Ceará, denominadas de Tecnologia Sócio-Educacional de Gestão - TESE. Nas conclusões apresentaremos nossas impressões iniciais de todos estes dados revelados neste trabalho.

### **3. CONCLUSÃO:**

Neste artigo procurou-se analisar o contexto atual da educação profissional no Brasil e no Ceará, à luz da História. Segundo consta na bibliografia a educação profissional foi sempre o caminho apontado pelos governos para “educar” os trabalhadores.

Neste sentido, concorda-se com Arroyo (2002), quando afirma que a educação oferecida ao povo brasileiro foi historicamente uma educação divorciada da cultura, na medida em que para os trabalhadores a formação oferecida está exclusivamente direcionada a profissionalização demandada pelo setor produtivo.

Neste modelo de educação todo o acesso ao conhecimento foi pensado de forma modular estritamente interessado a “cultura capitalista”. Preocupa-nos ainda o fato deste modelo de ensino médio integral e integrado à profissionalização em fase experimental nos estados de Paraná, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará exigir de forma precoce e prematura a decisão de jovens por uma determinada profissão ao ingressar no ensino médio.

Segundo a pesquisa acima mencionada que temos realizado numa escola de ensino médio profissionalizante em Juazeiro do Norte-CE, apesar do esforço do núcleo gestor e professores, os alunos mesmo sendo selecionados, encontram muitas dificuldades de se adaptar a esta nova proposta de escola que atua ao que percebemos de forma intensiva em busca de um diferencial de ensino médio. Essas dificuldades variam desde a falta de maturidade apresentada na decisão por uma profissão, ao comportamento em sala de aula com o professor e principalmente na demonstração de falta de aprendizagem dos conceitos básicos e das teorias pertinentes a cada matéria que deveriam ter sido compreendidos e assimilados no ensino fundamental, bem como a associação destes conteúdos básicos ao conteúdo técnico profissional.

Numa leitura mais apurada da educação profissional no Brasil, percebe-se a sua natureza classista com a criação das primeiras escolas de ofício destinadas aos “órfãos e

desvalidos”. Com o crescimento do processo de industrialização as classes médias foram sendo incorporadas à educação profissional, é o caso da criação das escolas técnicas federais, transformadas recentemente em Institutos Federais de Educação Superior Tecnológica-IFETs. Poder-se-ia afirmar ainda que as políticas de educação profissional não são homogêneas, destinam-se a públicos diversificados e são realizadas também de forma diversificada. Nos anos 90, chegou-se a ofertar educação profissional divorciada da escolaridade básica.

No interior deste contexto encontramos o professor que até os anos 90, tinha um perfil majoritariamente técnico formado em cursos técnicos de nível médio ou superior. A partir da década seguinte com a idéia de incorporar o ensino profissionalizante ao ensino regular, para além das escolas técnicas federais, surgem novas exigências para o professor “licenciado” agora chamado a atuar em escolas profissionalizantes de ensino médio. Cabe a questão: estaríamos mesmo que às avessas e tardiamente na história discutindo a necessidade de se pensar um modelo de educação associado à cultura e ao trabalho?

Ao que parece a resposta é afirmativa a esta pergunta. A determinação dada aos professores das ETEPs cearenses de orientar seus planos de trabalho e de ensino por uma filosofia empresarial é uma demonstração concreta de que estamos de forma às avessas associando educação e trabalho na condução da escola. A inversão reside no fato de nesta filosofia empresarial o trabalho na sua forma histórica capitalista com todos os valores e princípios a este incorporado se constitui no guia orientador da educação, e não o inverso a educação enquanto espaço de formação de mentes e práticas críticas e transformadoras constituída como guia orientador da formação para o mundo do trabalho.

Para finalizar, chamamos atenção para a ideia de pensarmos a educação dos jovens **pelo** trabalho e não exclusivamente **para** o trabalho. Na construção deste artigo mostrou-nos alguns dilemas que permeiam a educação dos trabalhadores. São dilemas que refletem as contradições de uma sociedade orientada pelos princípios e valores da produção capitalista. A divisão de classes e o lugar social que ocupa cada classe implicam na decisão de que tipo de educação deve se ofertar para cada uma desta. As demandas do setor produtivo local tem ao que revela os estudos que temos feito se constituído no guia orientador das ações, das políticas públicas destinadas à educação dos jovens. Pensar no futuro destes jovens e na liberdade de escolhas que estes caminhos formativos poderão lhe proporcionar se constitui no principal debate que gostaríamos de realizar por meio deste trabalho. Todavia, ainda acreditamos que a escola e as ideias instituídas por estas são parte da história e não toda a história, o que nos enche de esperanças por mudanças na educação e pelo um mundo melhor.

#### 4. REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. *O direito do Trabalhador* in: *Educação e luta de classes*; PONCE, Aníbal. *Tradução de José Severo de Camargo Pereira*. 22 ed. \_ São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC . Brasília , DF. 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDBEN nº. 9394/96: Capítulo X e XI, Art. 53. parágrafo 4º.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. *Pedagogia como ciência da educação*. 2 ed. Ver.ampl. \_\_ São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Carlos Minayo [et al]. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalho*. 4 ed. \_\_ São Paulo, Cortez, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio e profissional: as políticas do estado neoliberal* \_ 4 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo. 5ª edição. Cortez, 2007

LUCENA, Carlos A. Educação e Trabalho IN: *Temas de pesquisa em educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.p.148-157.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. *Fundamentos e prática de metodologia científica* \_ Petrópolis \_ RJ: Vozes, 2009.

MARX, Karl. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*; tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto CavalcanteYoshida. 1 ed. \_ São Paulo: Expressão popular, 2010

MAGALHÃES, Marcos. *A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova* – São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008.

OLIVEIRA, Francisca Clara de Paula. *O novo sistema de formação profissional brasileira: análise crítica exemplificada na experiência cearense*. São Carlos: UFSCAR, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectiva*. 4 ed.Campinas, SP: Autores Associados. ?

\_\_\_\_\_. *Da nova LDB ao FUNDEB: por uma política educacional*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. *Onze Teses sobre Educação e Política* IN *Escola e Democracia* 41 ed. Campinas, SP/Autores Associados, 2009, p. 73-83.

SOUSA, Antonia Abreu (Org.). *Trabalho, Educação e Arte: encontros, desencontros e realidades*. Fortaleza: edições UFC, 2010.

VANNUSCHI, Paulo. NOVAES, Regina (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2004.